

## Editorial

Em 2001, no Editorial do volume 14(1) da Revista Portuguesa de Educação, Almerindo Janela Afonso chamava a atenção para as “polémicas” que, envolvendo “ataques (às vezes inconsequentes e gratuitos) às Ciências da Educação e aos seus investigadores”, davam sinais de possível agravamento no futuro próximo. Cinco anos depois, são efectivamente várias as evidências da continuada responsabilização do trabalho realizado neste campo pelo actual estado de coisas, particularmente na esfera mais restrita da educação escolar.

Agora como então, não é difícil deixar de ver como algumas destas polémicas e ataques são, ainda nas palavras do então director-adjunto da RPE, “alimentadas, em geral, por argumentos produzidos com um mínimo esforço de objectividade analítica e metodológica, e enviesados, com alguma frequência, por interesses politicamente conservadores e elitistas”. Ignorando, muitas vezes por conveniência, a complexidade dos fenómenos e práticas educacionais, algumas das actuais ‘diatribes’ contra o campo da educação, assentando em modelos causais e lineares dos processos educativos, apresentam-se como arautos de soluções, afinal tão fáceis, em que a investigação, a descrição, a ilustração e a mudança podem deixar de fazer sentido.

Os textos que integram este número da Revista Portuguesa de Educação traduzem a impossibilidade das soluções fáceis. Desde o texto de Maria Preciosa Silva e Isabel Pestana Neves sobre a complexidade envolvida nos fenómenos de (in)disciplina nas salas de aula, aos de Luciana Viviani e Belmira Bueno e de Clara Coutinho que, ao darem conta da natureza profundamente histórica e situada das disciplinas e campos disciplinares, assinalam como é problemática a consideração de uma disciplina como corpo de verdades universais e atemporais, o que também neste número fica configurado é a relevância da reflexão e interpretação sistemáticas de factos educacionais que só aparentemente estão explicados.

No mesmo sentido vai o texto de Rui Gomes e da sua equipa que, examinando indicadores de bem-estar em professores, com “custos e efeitos”

na qualidade das práticas de ensino, alertam para a necessidade de vertentes deste âmbito na formação dos profissionais de ensino.

Por fim, dois textos que dão sentido pleno ao conceito de educação: o de Rejane Fontes, centrado em contexto hospitalar, visa responder à pergunta sobre o modo como a educação pode contribuir para a saúde da criança confinada às paredes de um hospital; o de Emílio Lucio-Villegas Ramos que, tomando a penitenciária numa perspectiva da pedagogia social, faz derivar uma proposta de formação de educadores em contextos caracterizados pela 'desumanização' e pela natureza 'repressora e não-educadora' que a prisão adquire nas nossas sociedades', apesar do discurso da 'reabilitação e da libertação'.

Como sempre a revista fecha com um conjunto de secções pelas quais se dá conta da actividade de investigação em curso no Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho.

Fica aos leitores a tarefa de darem continuidade à reflexão aqui iniciada, só isso capaz de dar sentido ao nosso trabalho editorial.

**Maria de Lourdes Dionísio**